



Polis, Revista de la Universidad  
Bolivariana

ISSN: 0717-6554

antonio.elizalde@gmail.com

Universidad de Los Lagos  
Chile

Porto-Gonçalves, Carlos Walter

Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas  
sociais na América Latina/ Abya Yala/Quilombola

Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, vol. 14, núm. 41, 2015, pp. 237-251

Universidad de Los Lagos  
Santiago, Chile

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30541588017>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# **Pela Vida, pela Dignidade e pelo Território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/ Abya Yala/Quilombola**

**Carlos Walter Porto-Gonçalves<sup>1</sup>**

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

Email: cwpg@uol.com.br

“Ou Inventamos ou Erramos”

Simón Rodrigues

**Resumo:** O objetivo de desse artigo é refletir acerca dos “principais desafios que enfrentam as Ciências Sociais em nosso continente” para contribuir “sobre o futuro da democracia, da paz e da sustentabilidade em nossas sociedades”, conforme nos propõe Pólis em sua edição comemorativa. Optamos por refletir sobre esse desafio desenvolvendo um breve artigo tomando por base uma análise da nossa formação social/nossas formações sociais destacando os desafios que se colocam às Ciências Sociais.

**Palabras chave:** Pensamento-ação crítico; Descolonização; Sociedade-Natureza (Ecologia Política); Estado Territorial/Colonialismo Interno; Plurinacionalidade/Interculturalidade/Buen Vivir.

## **Por la Vida, la Dignidad y el Territorio: un nuevo léxico teórico-político desde las luchas sociales en Latinoamérica/ Abya Yala/Quilombola**

**Resumen:** El objetivo de este artículo es reflexionar sobre los “principales retos que enfrentan las Ciencias Sociales en nuestro continente” para contribuir “al futuro de la democracia, de la paz y de la sustentabilidad de nuestras sociedades”, como nos lo propone Polis en su edición conmemorativa. Optamos por reflexionar sobre este desafío desarrollando un breve artículo tomado por base un análisis de nuestra formación social/nuestras formaciones sociales relevando los desafíos que enfrentan las Ciencias Sociales.

**Palabras clave:** Pensamiento-acción crítica, descolonización, sociedad-naturaleza (Ecología Política), Estado Territorial/Colonialismo Interno, Plurinacionalidad/Interculturalidad/Buen Vivir.

## For Life, Dignity and Territory: a new theoretical political lexicon springing from social struggles in Latin America/ Abya Yala/Quilombola

**Abstract:** The aim of this paper is to think on the "main challenges facing social sciences in our continent" to contribute "on the future of democracy, peace and sustainability in our societies", as proposed in Polis in its commemorative edition. We chose to think on this challenge by developing a brief article building an analysis of our social formation/our social formations highlighting the challenges faced by Social Sciences.

**Keywords:** Critical thinking-action, decolonization; society-nature (Political Ecology), Territorial State / Internal Colonialism, Plurinationality / Interculturalism/ Good Living

\* \* \*

Para começar, destaquemos que nossa formação social/nossas formações sociais está/estão marcada/s pelo desafio da emancipação haja vista o caráter da subordinado com que se se dá nossa inserção no sistema mundo capitalista moderno colonial desde seu primeiro momento, em 1492. E, mais, esse caráter subordinado exige que nos desprendamos das leituras coloniais que se forjaram sobre nós que associam esse caráter subordinado a alguma natureza inferior seja de ordem cultural ou mesmo natural. Afirmamos, pois, que é da natureza do pensamento/ação colonial inferiorizar o diferente como condição da sua colonização: ninguém coloniza ninguém que considere igual ou eventualmente superior. Enfim, a inferiorização do outro/do diferente é condição da colonização. Logo, descolonizemos.

Registremos que até 1492 todos os caminhos levavam ao Oriente e foi a tomada de Constantinopla que abriu a busca de outros caminhos e a Europa, até então, tinha uma posição marginal nos principais circuitos comerciais de larga duração. As Índias Acidentais, que os europeus iriam batizar Índias Ocidentais, é que vão proporcionar as condições materiais para que a Europa e o Atlântico Norte passassem a ter a centralidade que desde então passaram a ter e que só agora começam a perder diante do papel que a China e o Pacífico veem passando a ter desde o início deste século. Que desafios se colocam para um continente, sobretudo para sua porção subordinada – América Latina/Abya Yala/Quilombola – quando a centralidade do Atlântico Norte passa ser deslocada geograficamente?

Nosso continente, como vemos, não tem um papel qualquer na conformação do sistema mundo capitalista moderno-colonial e, deste modo, temos uma responsabilidade de oferecer uma leitura própria que acreditamos essencial para compreendermos não só a nós próprios, mas a esse sistema mundo que conformamos ainda que na condição de subordinados e daí a necessidade de um pensamento/ação insubordinado, crítico. Afinal, somos o lado colonial do sistema mundo capitalista moderno-colonial e, como tal, somos o lado olvidado desse sistema. A razão do sistema mundo

capitalista moderno colonial é, para nós, razão sofrida pois fundada na opressão/exploração, conceitos que, para nós, são não só conceitos, mas sentimento. Daí a inspiração de Orlando Fals Borda, recentemente retomada por Arturo Escobar, de um pensamento que sente, sentipensamento.

E falar de um sentipensamento próprio desde esse continente que nos cabe habitar e que nos habita exige um diálogo aberto ao mundo, pois assim no conformamos. A modernidade capitalista nos habita ainda que marcada pela colonialidade. Afinal, os primeiros estabelecimentos organizados precipuamente para acumular capital foram forjados aqui com as plantations de cana no Caribe, em Cuba e Haiti, e, na América do Sul, no Brasil. As primeiras manufaturas modernas que o mundo conheceu para produzir para um mercado mundial foram os engenhos de açúcar e exportávamos essa manufatura, o açúcar, e não matéria prima, a cana, como nos ensinam nas escolas e uma ciência social colonizada repete *ad nauseam*. À época ninguém produzia em grandes extensões de monoculturas que era a forma moderna de produzir não para si mesmo, mas para outrem, para terceiros. O trabalho escravo fez parte dessa modernidade colonial. O racismo também e, por aqui, raça e classe se forjam juntas, o que exige outros conceitos já ensaiados (José Carlos Mariátegui, Florestan Fernandes, Pablo Gonzalez Casanova, Aníbal Quijano) e que devemos aprofundar. Enfim, técnicas modernas, coloniais. Somos modernos (e coloniais) há 500 anos! O mito da modernidade tecnológica, que tanto sucesso ainda faz entre nós, tem larga data.

Orlando Fals Borda (Fals Borda, 1980) já nos advertira que as ciências sociais, de um modo geral, têm tomado dois caminhos: “um acadêmico e outro extra-acadêmico”. Quem poderia negar a contribuição de Karl Marx e Antonio Gramsci, para o desenvolvimento das ciências sociais, apesar de suas contribuições terem sido feitas longe da academia? Pierre Bourdieu já assinalara que “é da natureza da realidade social a luta permanente para dizer o que é a realidade social”. Para aqueles, como nós, que nos colocamos na perspectiva dos grupos-classes sociais/etnias/povos/nacionalidades que têm em comum a condição de subalternização no contexto das relações sociais e de poder do sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal é fundamental tomarmos em conta o lugar de enunciação do discurso que, ao dizer o que é a realidade social contribui para constituí-la. Marx já havia assinalado que as ideias dominantes numa determinada sociedade são as ideias das classes dominantes, ainda que essas ideias tenham por serem dominantes não podem deixar de dialogar com o que é dominado. Afinal, a dominação não é abstrata, mas sim parte das práticas sociais. Não há dominação sem resistência.

As ciências sociais, como já advertira Immanuel Wallerstein, têm uma origem europeia e, como tal, trazem consigo as marcas do contexto histórico-geográfico de sua constituição. Nele, a conformação da ordem burguesa-patriarcal nos estados territoriais que se formavam sobretudo no século XVIII configuraram uma agenda de investigação que pretensamente se apresentara como universal. Nem sempre o caráter geográfico do lugar de

enunciação do discurso das ciências sociais foi devidamente levado em conta. Por exemplo, uma das marcas do pensamento europeu que colonizou o mundo é a primazia do tempo e o olvido do espaço. Aliás, as sociedades/povos/regiões do mundo foram arroladas num continuum de natureza à cultura numa linha temporal de sociedades/povos/regiões atrasados/adiantados onde os povos agrícolas/caçadores/coletores deveriam deixar de sê-lo para se tornarem urbano-industrializados, tal como os europeus que ocupavam o ápice de um progresso civilizatório que se acreditava universal, assim mesmo uni-versal, ou seja, numa versão que se quer única do devir societário/civilizatório. Quando nas ciências sociais se fala de lugar de enunciação do discurso quase sempre se quer referir ao lugar na hierarquia/estrutura social e de poder (classe dominante e/ou classe dominada) onde se olvida seu lugar geográfico. Lênin formulou a teoria do imperialismo que, na verdade, é o capitalismo visto de outro lugar distinto daquele que Marx analisara em *O Capital*, e caracterizando os países em coloniais e semicoloniais. Só assim foi possível identificar o “elo fraco” do capitalismo nas contradições geográfico-políticas da época: a Rússia. A “revolução” não necessariamente se daria nos centros mais desenvolvidos do capitalismo, aliás como o século XX haveria de demonstrar cabalmente onde o proletariado realmente existente não cumprira a missão que lhes havia sido atribuída. Aqui há, mesmo no campo do pensamento ligado aos grupos/classes sociais subalternizados o mesmo mito urbanocêntrico, da cidade-luz.

Embora tenhamos partido de uma caracterização feita pelo colombiano Orlando Fals Borda até aqui dialogamos com autores de uma outra geografia, europeia: Marx, Gramsci, Bourdieu, Wallerstein e Lênin. Com isso queremos sinalizar nosso compromisso de diálogo com o pensamento emancipatório venha de onde vier, por esse lugar que nos é comum, qual seja, de pensar/agir com/contra o sistema mundo capitalista moderno-colonial patriarcal que nos habita desde o seus grupos-classes sociais/etnias/povos e nacionalidades subalternizados. Nesse sentido, junto com Walter Mignolo assumimos que a experiência colonial nos oferece uma perspectiva própria de crítica a esse sistema mundo capitalista moderno-colonial que vai além da crítica ao capitalismo, embora a incorpore.

E assim tem sido, se nos descolonizamos e observamos a enorme contribuição do pensamento crítico que se desenvolve, e não é de hoje, também em nosso continente. O venezuelano Simon Rodrigues já nos alertara que “ou inventamos ou erramos” nos convidando a um pensamento próprio mostrando que a independência era não só um processo político, que é, mas também epistêmico. José Artigas já nos convidara a uma integração mais profunda que respeitasse os negros e os indígenas já nos indicando um caminho para além das elites *criollas*. José Maria Caycedo com seu poema *Los Dos Américas* já nos alertara para nossa diferença Latina na América ainda que com isso deixasse de fora os que José Artigas queria reunir na diferença. Caycedo dava continuidade, assim, ao caráter anti-imperialista, muito antes da teoria imperialista de Lênin, que Simon Bolívar havia identificado na Doutrina Monroe estadunidense. O mesmo em José Martí que propusera *Nuestra América*, ele que como periodista havia

“conhecido o monstro por dentro” quando vivera nos Estados Unidos. O silêncio sobre o pensamento de Thoussant de L’Overture e sua agenda política ainda pendente - a dupla independência - chega aos nossos dias como desafio ao pensamento social de nosso continente. As elites *criollas* se viram ameaçadas pelo haitianismo, medo da tentativa de dupla emancipação dos negros do Haiti. Recentemente, quando das comemorações dos bicentenários de nossos países, a data de referência foi o 1810, ano da independência do México, e não o 1804 da independência do Haiti. Como afirma Anibal Quijano, “na América Latina o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade”.

Nosso continente experimentaria a primeira revolução do século XX protagonizada pelos campesíndios/indigenatos (Armando Bartra/Darci Ribeiro) em 1910, no México. A Reforma Agrária entraria definitivamente como questão política central para pensar a democracia e a justiça social entre nós. Afinal, em torno da concentração da terra se estruturam relações sociais e de poder das mais perversas do mundo, fonte de desigualdades sociais profundas. Injustiça social essa que traz junto consigo a discriminação étnico-racial fazendo com que, entre nós, raça e classe sejam inseparáveis (Mariátegui). E, sublinhe-se, a violência contra os indígenas e os negros se agravou com a ascensão das elites *criollas* ao poder com as independências. Foi contra a violência aumentada depois da independência que se deu a maior revolta popular da história do Brasil com a Cabanagem, na Amazônia, entre 1835-1840. Os números são impressionantes: fala-se de 35 mil mortos! A “conquista do deserto” argentino e a invasão do território mapuche no Chile só se deu após a ascensão da elite *criolla*. Tal como na Bolívia e no Paraguai. A invenção da mestiçagem não foi suficiente para dirimir a injustiça social racializada. Ao contrário, a mestiçagem foi mais uma ideologia/projeto de diluir a diferença eludindo a discriminação. No Brasil, por exemplo, a diferença entre brancos e negros quanto à participação na riqueza nacional é pior para os negros que na África do Sul onde houve o *apartheid*.

Os anos 1930/1940 nos abriram horizontes com governos populares e o fenômeno do populismo com Lazaro Cárdenas, no México, Getúlio Vargas, no Brasil e Domingo Perón na Argentina. O Estado haveria de cumprir um papel protagônico na substituição de importações e na modernização, ainda que de modo desigual segundo os países. E modernização significando urbano-industrialização e, como tal, contra os camponeses e indígenas que haveriam de ser desruralizados. Em suma, modernização-colonização. No Brasil, o pacto populista implicou uma legislação trabalhista não extensiva aos trabalhadores rurais. Os direitos trabalhistas não entraram no latifúndio. Modernização conservadora, portanto. Onde se pretendeu enfrentar a oligarquia fundiária, a violência se mostrou cruel, como na Guatemala contra a revolução democrático-popular comandada por Jacobo Arbenz: o anticomunismo das oligarquias se mostrou com toda a violência colonial racializada contra os indígenas através de massacres. Na Bolívia, a revolução de 1952 fez a reforma agrária destruindo os territórios comunais indígenas, os *ayllus*. Ironia de uma esquerda eurocêntrica antiindígena que ignorara

não só o peruano José Carlos Mariátegui como também ao Marx pós-Capital que se mostrara simpatizante da *obschina* e do *artel*<sup>2</sup> russos, como afirmara em sua carta-resposta a ativista Vera Zasulich.

Os anos 1950 assistiremos no Brasil, já sob a influência do Banco Mundial, o papel do Estado sendo reforçado em um nacional-desenvolvimentismo que dará um salto no desenvolvimento capitalista. Arturo Escobar nos esclarecerá, já nos anos 1990, que as missões do Banco Mundial haveriam de colonizar o mundo não mais prometendo civilizar os não-europeus, como se dizia nos anos 1930, mas desde 1949 levando desenvolvimento para aqueles que tinham menos de US\$ 2 dólares diários de renda per capita, segundo a caracterização do Presidente Truman em discurso de 1949. Desde então, ninguém mais escapa do desenvolvimento à direita e à esquerda e a nova missão é superar o subdesenvolvimento. Para superar o subdesenvolvimento entendido enquanto sub em relação ao modelo *euurocêntrico* urbano-industrial o tema da dependência ganhará destaque entre as elites políticas e intelectuais. Na ausência de uma burguesia forte para fazer frente à burguesia dos países centrais, o Estado deveria assumir seu papel. Bem que tivemos vozes com lucidez para afirmar que o caráter centro-periférico é estruturante do sistema capitalista mundial desde sempre e que se reproduz desenvolvendo o subdesenvolvimento, como afirmaram Gunder Frank e Teotônio dos Santos, Rui Mauro Marina e Vânia Bambirra. Enfim, o subdesenvolvimento não é um estágio que se supera, mas um polo necessário do processo de desenvolvimento do sistema mundo capitalista que se reproduz reproduzindo essa estrutura centro-periférica. É o que de melhor se nos ofereceu no campo extremamente variado da teoria da dependência, a sua vertente marxista, uma teoria do imperialismo própria.

Aqui entre nós, nesse continente que os europeus batizaram América, haveria de surgir uma teoria descolonizadora original com os “condenados da terra” de Franz Fanon onde a crítica ao capitalismo incluiria a crítica ao racismo, ainda que para isso Aimé Césaire tivesse que se desligar do Partido Comunista francês que, por seu eurocentrismo, não conseguira entender a ferida colonial e seu racismo constitutivo. Os “jacobinos negros” (C.R. James) voltavam a ocupar a cena teórico-política desde o Caribe recolocando na agenda a dupla independência da revolução haitiana de 1804. O Caribe, onde o sistema mundo capitalista moderno-colonial eurocentrado deu seus primeiros passos, trazia ao mundo teórico-político a negritude que haveria de levar à descolonização da África<sup>3</sup>, ainda que essa descolonização se fizesse nos marcos da colonialidade e seu sistema de estados territoriais. A África e a Ásia enfrentarão os dilemas da implantação desses estados territoriais independentes sob a régua e compasso da Conferência de Berlin de 1884, na tensão da Guerra Fria buscando se afirmar como não-alinhados tal como se associaram em Bandung, Indonésia em 1955.

A revolução cubana (1959) haveria de mostrar os limites das oligarquias latifundiárias que reagiam com violência às demandas populares, como se viu na Guatemala. Reabria-se o debate geopolítico acerca do



imperialismo estadunidense que, sobretudo desde 1845-1848, com a anexação de amplos territórios pertencentes ao México, passou a ter uma verdadeira obsessão pelo controle do Caribe, particularmente de sua maior ilha, Cuba. O nó geopolítico para os Estados Unidos representado por Cuba, é maior do que se pode entender com a bipolaridade da Guerra Fria. Desde que o território estadunidense se constituiu como um território coast to coast conformando a “grande ilha” geopolítica que interligava o Atlântico ao Pacífico, o que só se conformou com a anexação dos territórios de camponeses e indígenas mexicanos, que os Estados Unidos passou a entender o Mar do Caribe e o Golfo do México como mare nostrum, conforme nos ensina o porto-riquenho Ramon Grosfogel. A amputação do Panamá à Colômbia para criar um país-canal, em 1903, fazia parte da manobra geopolítica estadunidense que ao mesmo tempo tutelara, como denunciara José Martí, a independência formal de Cuba da Espanha em 1898<sup>4</sup>. Enfim, a violência do bloqueio contra o povo cubano, sustentado pelos EEUU durante mais de 50 anos, não pode ser entendido somente pela Guerra Fria, insistimos. Há razões propriamente geopolíticas e, nesse sentido, diz respeito a todo o significado que a Pátria Grande (Bolívar), a *Nuestra América* (Martí), as Duas Américas (Caycedo) têm para os Estados Unidos e seu projeto da Doutrina Monroe da “América para os americanos”.

Um antiamericanismo persegue as esquerdas latino-americanas, nem sempre anti-imperialista, como veremos mais adiante. Esse antiamericanismo *criollo*, todavia, não dá conta da colonialidade que lhe acompanha. Pablo Gonzalez Casanova e Rodolfo Stavenhagen nos trouxeram o tema do colonialismo interno e, assim, nos ajudaram a compreender a dinâmica étnico-racial que acompanha a constituição dos estados territoriais como parte estruturante do sistema mundo moderno-colonial. Enfim, o colonialismo não se reduz às relações entre metrópole e colônia, mas se instaura no interior dos estados que se veem como nacionais e, como tais, olvidam as etnias/povos e nacionalidades que habitam em seu interior. É assim tanto no centro como na periferia do sistema mundo capitalista.<sup>5</sup>

Enfim, não somos um “novo continente” como os invasores/colonizadores nos batizaram ao falarem de “descobrimento da América” ao consagrarem a data de fundação do “novo mundo” em 1492. Como diria Enrique Dussel estamos diante do encobrimento do que aqui havia e, assim, invisibilizando etnias/povos/nacionalidades/civilizações que aqui nesse espaço geográfico se forjaram durante milênios. John Murra estudou a integração dos espaços desde o Pacífico à Amazônia passando pelos Andes com o “máximo controle de pisos ecológicos” com base nos princípios de complementariedade e reciprocidade que, recentemente, foi trazido ao debate pelos povos indígenas da Bolívia quando do debate da nova constituição do país. Nos debates acerca da urbanização entre nós, o eurocentrismo não deixa comparecer Cuzco/Machu Pichu, cidade andino-amazônica, ou Tenochtitlán, no México. Olvidamos que o espaço geográfico abriga diferentes temporalidades imbricadas (“O espaço geográfico é acumulação desigual de tempos”, diria o geógrafo brasileiro, Milton Santos). Na Amazônia colombiana, a tradição cultural Chiribiquete de 17.000



anos e, na Amazônia brasileira, o sítio de Pedra Lascada em Monte Alegre, no Pará, com 11.200 anos nos dão conta da presença humana e, com isso, de saberes associados aos modos de alimentar-se, de curar-se e de habitar desenvolvidos antes mesmo que a floresta mais densa do mundo se formasse, o que ocorreu de 12.000 aos nossos dias depois do recuo da última glaciação, povos esses que co-evoluíram com a floresta nos oferecendo um patrimônio de conhecimentos que se coloca como de interesse para toda a humanidade pelo significado da Amazônia na dinâmica ecológica global, sobretudo para a o clima, para a dinâmica hídrica e biológica. Afinal, a universalização colonizadora de um sistema técnico-científico a serviço da dinâmica da acumulação incessante de capital está colocando em risco a vida tal como a conhecemos e, deste modo, o que chamamos tradição se apresenta como condição de futuro. É preciso descolonizar o pensamento/ação.

Nossa forma antropofágica de produzir conhecimentos foi capaz de reunir o que na Europa ficou separado, por exemplo, o cristianismo e o marxismo que, desde os anos 1960, em Puebla e Medellín nos deram a Teologia da Libertação. Dessa experiência teológico-política com suas comunidades eclesiais de base surgem tanto a pedagogia do oprimido, de Paulo Freire, como a investigação-ação-participativa de Orlando Fals Borda.

O giro espacial que as ciências sociais experimentaram desde finais dos anos 1960, com Michel Foucault e Henri Lefebvre à frente se fará, entre nós, como “giro territorial” e terá seu momento constitutivo, para usar uma ideia cara ao boliviano René Zavaleta Mercado, nos finais dos anos 1980 e inícios dos anos 1990, com os camponeses da Amazônia brasileira aliados aos povos indígenas – Aliança dos Povos da Floresta – e as duas grandes marchas em Defesa da vida, da Dignidade e do Território, na Bolívia e no Equador. Uma nova agenda teórico-política se oferece ao debate atualizando uma história de larga duração. Essa foi a contribuição que os indígenas trouxeram na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Ali, se reuniram todos os chefes de estado de todos os países do mundo para debater a relação entre meio ambiente e desenvolvimento e os indígenas trouxeram ao debate o caráter de larga duração do sistema mundo capitalista moderno-colonial ao associarem o ano de 1992 ao 1492 e, depois de 500 anos, o planeta Terra passava a ser a comunidade de destino ameaçada por um sistema técnico-científico a serviço da acumulação incessante de capital onde a riqueza é medida pro um equivalente geral abstrato (quantitativo) que põe em risco as qualidades da *Physis*, das diversas culturas e de outras civilizações. O “Princípio Potosi”, como lhe batizou o argentino Horacio Machado Araoz, de saque de recursos naturais e desterritorialização dos povos originários a serviço da acumulação incessante de capital, havia experimentado desde os anos 1970 um dos mais violentos processos expropriatórios de toda a história da humanidade, o que pode ser constatado pelo processo de desruralização e suburbanização que o mundo desde então experimenta e que terá em nosso continente seus números mais expressivos. Basta observar a violência contra a Amazônia e seus povos,

mas também sobre a Araucania/Patagônia, os Pampas e as savanas (no Brasil, os cerrados). Da r-existência com/contra esse processo surge a luta pela reapropriação social da natureza, como lhe chamaria Enrique Leff, um dos maiores expoentes de uma das principais contribuições de nosso continente às ciências sociais contemporâneas, qual seja, a Ecologia Política, campo que reúne geógrafos, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos de nosso continente com uma agenda de investigação muito atenta e próxima às lutas desses grupos/classes sociais/etnias/povos/nacionalidades.

Luta pela Vida, pela Dignidade e Território em que vários desses movimentos indicam que a vida não pode ser pensada fora da natureza, como na tradição científica hegemônica eurocêntrica. As Reservas Extrativistas dos seringueiros da Amazônia brasileira, emprestam ao conceito de extrativismo um sentido positivo, ao contrário do produtivismo desenvolvimentista que acreditar que tudo produz, como indica a tradição antropocêntrica e, assim, olvida que não produzimos água, minerais e fotossíntese. Em suma, aos se afirmarem como extrativismo, os seringueiros afirmam que dependem do que extraem e, como tal, dependem da “produtividade biológica primária” (Leff). A Dignidade é um reclamo ao respeito à sua condição de outro ser digno, negado pela colonialidade da modernidade que quis evangelizá-lo, civilizá-lo e, depois, desenvolvê-lo, segundo os diferentes momentos da moderno-colonialidade. Não, agora colocam na agenda teórico-política, o respeito à sua dignidade, enfim, o direito à diferença afirmando a diversidade biológica, em que criativamente se inspiram, para afirmar suas culturas. Insinuem, para além do universalismo, a pluralidade, em suma, múltiplas versões do que pode nos ser comum. E como a cultura não é algo abstrato nos apontam que são necessárias as condições materiais para seus horizontes de sentido para a vida. Daí o território, como categoria que reúne natureza e cultura através das relações de poder sobre as condições materiais da vida. Com isso, desnaturalizam o conceito de território, até então “base natural do Estado”. Com isso, sinalizam que no mesmo estado territorial habitam múltiplas territorialidades e que não há território que não seja fruto de um processo de territorialização entre diferentes sentidos – territorialidades - para estar com a terra. Enfim, tensão de territorialidades. Daí o debate acerca da autonomia territorial, da plurinacionalidade, dos direitos da natureza, como se inscreve nas novas constituições do Equador e da Bolívia. Não mais Estado nacional, mas plurinacional. Contra o desenvolvimentismo que por aqui tem sido expropriador e devastador nos oferecem alternativas ao desenvolvimento e não de desenvolvimento (Buen vivir? Suma kausay? Suma Qamãna? Decrescimento?) Enfim, abrem um novo léxico teórico-político que é um desafio para as ciências sociais até aqui marcadas pelo eurocentrismo. E isso não é qualquer coisa num momento em que muitos dos que se consideram do campo do pensamento crítico veem nas novas relações que se abrem como China uma “janela de oportunidades” contra o “imperialismo ianque” olvidando que para os camponeses, indígenas e cimarrones/quilombolas e para seus parentes das periferias urbanas miseráveis essa integração tem sido desterritorialização acentuadas nas obras de infraestrutura, em geral, e, em particular, da IIRSA – Iniciativa de Integração

Regional Sul Americana (Bio-Bio, no Chile; Belo Monte, no Brasil, Hidroituango, na Colômbia).

Enfim, há um enorme legado teórico-político que nos vem desde Guaman Poma de Ayala, Simon Rodrigues, Simon Bolivar, José Artigas, José Maria Caycedo, José Martí, Emiliano Zapata, José Carlos Mariategui, Franz Fanon, Aymé Césaire, C. R. James, Pablo Gonzalez Casanova, Zavaleta Mercado, Florestan Fernandes, Silvia Rivera Cusicanqui, Rachel Gutierrez, Anibal Quijano, Maristela Svampa, Enrique Leff, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Ramon Grosfogel, Catherine Walsh, Arturo Escobar, Rui Mauro Marini, Norma Giarraca, Raul Zibechi, Pablo Mamani, Alberto Acosta entre tantos e tantas que haveremos de considerar para um diálogo denso com o pensamento crítico do sistema mundo capitalista moderno colonial em sua heterogeneidade histórico-estrutural.

## **Notas**

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e Coordenador do LEMTO – Laboratório de Estudos Sociais e Territorialidades.

<sup>2</sup> Artel é uma prática associativa, especificamente russa, que consistia numa equipe que trabalha em conjunto e que divide entre si a renda do trabalho. Tratava-se de uma associação do período pré-industrial, de um sistema cooperativo tradicional, frequentemente utilizado pelos artesãos e pelas turmas de camponeses que trabalhavam fora de suas próprias aldeias de origem. O termo relação de artel é utilizado geralmente para expressar todos os tipos de cooperação tradicional na produção, propriedade e arrendamento, inclusive na comuna rural camponesa (*obschina*). Shanin, 1983: 125. Marx Tardio.

<sup>3</sup> C.R. James em seu posfácio de 1984 aos *Jacobinos Negros*, seu livro de 1938.

<sup>4</sup> Consta que no Tratado de Paris, onde a Espanha reconheceu a independência de Cuba, haviam representantes franceses, estadunidenses e espanhóis e nenhum cubano.

<sup>5</sup> Uma das fontes de Pablo Gonzalez Casanova para sua teoria do “colonialismo interno” foi o geógrafo occitano-francês Robert Lafont, em seu livro “*La Revolución Regionalista*”, publicado em 1967, que denuncia o colonialismo interno francês.

## Bibliografía

Araoz, Horacio Machado (2014), *Potosí, el origen. Genealogía de la minería contemporánea*. Ed. Mardulce, Buenos Aires.

Bartra, Armando (2008), *El Hombre de Hierro – los límites sociales e ambientales del capital*. UNAM, México, D.F.

Bourdieu, Pierre (2001), *O poder simbólico*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro.

Casanova, Pablo Gonzalez (2006), *Sociología de la explotación*. Ed. Clacso, Buenos Aires.

Ídem (2010), “O colonialismo interno: uma redefinição”. In: *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Boron; Amadeo, González (orgs.), Expressão Popular, São Paulo.

Cesaire, Aimé (1950), *Discours sur le colonialisme*. Ed. Réclame, Paris.

Ídem (1987), *Discours sur la négritude*. Ed. Réclame, Paris.

Dussel, Enrique (1995), *Filosofia da libertação: Crítica à Ideologia a Exclusão*. Editora Paulus. 2ª edição. São Paulo.

Escobar, Arturo (2014), *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Ed. UNAULA, Medellín.

Fals Borda, Orlando (1980), “Uma Perspectiva para as Ciências Sociais do Terceiro Mundo”. In *Comercio Exterior*, Vol. 30, N° 7, México.

Fanon, Frantz (1979) [1961], *Os Condenados da Terra*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

Fernandes, Florestan (2005), *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Globo, São Paulo.

Giarraca, Norma (2003), “La protesta agrorrrural en la Argentina”. In *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. Seoane, José. Ed. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/giarracca.rtf>

Grosfoguel, Ramon (2008), “Para descolonizar os estudos de economia política eos estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008.

Gutiérrez, Raquel (2011), “Pistas Reflexivas para orientarnos en una turbulenta época de peligro”. In *Palabras para tejernos, resistir y transformar en la época que estamos viviendo*. Raquel Gutiérrez Editora, Cochabamba.

Ídem (2008), *Los ritmos del Pachakuti. Movilización y levantamiento indígena-popular en Bolivia (2000-2005)*, Ediciones Yachaiwasi-Textos Rebeldes, La Paz, Bolivia.

Lander, Edgardo (2005), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO. (Colección Sur Sur), Buenos Aires.

Leff, Enrique (2008), *Racionalidade Ambiental –reapropriação social da natureza*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

Linera, Álvaro García (coord.) (2004), *Sociología de los Movimientos Sociales en Bolivia: estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política*. Ed. Diakonia/Oxfam, Ed. Plural, La Paz.

Mamani, Pablo (2010), “Tenemos que empezar la Carrera por la vida”. Entrevista a Vinicius Mansur publicada na *Revista América Latina en Movimiento* nº 453. *Alternativas civilizatórias: los viejos nuevos sentidos de humanidad*. Quito.

Mignolo, Walter (2003), *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte, UFMG.

Ídem (2008), *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Gedisa Editorial, Barcelona.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2009 [2006], “AbyaYala”. In Sader, Emir et al 2009 [2006], *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea de América Latina y el Caribe*. Ed. Akal, Madrid, 2009 e Ed. Boitempo, São Paulo, Brasil, 2006.

Ídem (2009), *Territorialidades y lucha por el territorio em América Latina*. Ed. Universidad de Zulia e IVIC, Maracaibo-Caracas -Venezuela.

Quijano, Anibal (2005), “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: Lander, E. (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO. Buenos Aires.

Ídem (2000), “Colonialidad del poder y clasificación social”. In *Journal of Worldsystems Research. Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein*.

Quijano, A., e Wallerstein, I. (1992), “Americanness as a concept, or the Americas in the modern world-system”. In *International Social Science Journal*, Paris, n.134, p. 549-557.

Ribeiro, Darci (1973), “Indigenato e campesinato”. In *Revista Vozes*, Ano 73, vol. LXXIII, out, Petrópolis.

Rivera Cusicanqui, Silvia (2012), *Violencias (re)encubiertas en Bolivia*. Editor La Mirada Salvaje.

Ídem (2008), "Pueblos originarios y estado". In Vol. 2 de *Gestión pública intercultural, Gestión pública intercultural*. Azul Editores.

Ídem (2003), *Las fronteras de la coca: epistemologías coloniales y circuitos alternativos de la hoja de coca: el caso de la frontera boliviano-argentina*. Editor IDIS.

Sader, Emir et al.(2009) [2006], *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea de América Latina y el Caribe*. Ed. Akal, Madrid, 2009 e Ed. Boitempo, São Paulo, Brasil, 2006.

Sader, Eder (1988), *Quando novos personagens entraram em cena*. 2ªed. Paz e Terra.Rio de Janeiro.

Santos, Milton 2006 (1996), *A Natureza do Espaço*. Universidade de SãoPaulo, São Paulo.

Sousa Santos, Boaventura (2010), *La Refundacion del Estado em América Latina: perspectiva desde uma epistemologia del sur*. IVIC, Caracas.

Ídem (2010ª), *A gramática do tempo-para uma nova cultura política*. Cortez, São Paulo.

Svampa, Maristella (2012), *Maldesarrollo. La Argentina del extractivismo y del despojo*. (en colaboración con Enrique Viale), Buenos Aires, Ediciones Katz.

Ídem (2013), "Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración". In América Latina. *Revista Nueva Sociedad* No 244, marzo-abril de 2013, Buenos Aires.

Tapia, Luis (2003), *La condición multisocietal*. Ed. Muela del Diablo, La Paz, 2003.

Ídem (2009), *La Coyuntura de la autonomía relativa del Estado*. Ed. Comuna/Clasco/Cides, La Paz.

Wallerstein, Immanuel (2002), *O fim do mundo como o concebemos*. Revan.Rio de Janeiro.

Ídem (2008), *Historia y dilemas de los movimientos antisistémicos*. Contrahistorias, UACM, México.

Walsh, Catherine (ed.) (2013), *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re) existir y (re)vivir*. Tomo I. Serie Pensa miento Decolonial. Ed. Abya Yala, Quito.



Zavaleta Mercado, René (1974), *El poder dual*. Siglo XXI Editores. México.

Ídem (1983), *Las masas en noviembre*. Editorial Juventud, La Paz.

Ídem (1988), *Clases sociales y conocimiento*. Col. Obras completas, Vol. 2. Editorial Los Amigos del Libro. La Paz-Cochabamba.

Zibechi, Raul (2007), *Autonomías y emancipaciones América Latina en movimiento*. Ed. Programa Democracia y Transformación Global/Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales-UNMSM. Lima, Perú.

\* \* \*

Recibido: 10.08.2015

Aceptado: 25.08.2015